



CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)



CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Chave de compreensão da história: cultura & identidades 2

Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C512 Chave de compreensão da história: cultura & identidades 2 / Organizadoras Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-748-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.489211412>

1. História. 2. Cultura. 3. Identidades. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Bortoloti, Karen Fernanda (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Ainda que sem nos darmos conta, estamos, cotidianamente, refletindo acerca da sociedade em que vivemos. Cada vez que nos questionamos: “como isso foi possível?” ao nos surpreendermos com uma notícia estampada na rede, estamos pensando sobre os rumos que a sociedade está tomando, portanto, nos questionando e refletindo sobre a sociedade que vivemos. A cultura, como um produto social, tem, certamente, um grande impacto em nossa compreensão como sujeito, portanto, entrelaçar historicamente essas duas discussões, qualifica essas reflexões de forma incontestável.

Ao pensar historicamente uma questão central é como a cultura é essencial aos indivíduos para refletirem sobre suas ações no tempo e a construção de identidades tão diversas. Neste sentido, pensar em história requer pensar em cultura, justamente porque ao estudar a multiplicidade deste conceito desvendaremos as questões inseridas em nosso dia a dia com o objetivo de possibilitar melhor compreensão de todos os fenômenos que estão imersos no cotidiano e impactam em nosso posicionamento no mundo.

Neste momento, em que presenciamos discussões cada vez mais acirradas sobre as identidades, é importante retomarmos os ensinamentos que nos foram legados pelo antropólogo Clifford Geertz de que a cultura é um “sistema simbólico”, uma teia de significados que carrega mecanismos de controle para governar o comportamento. É construída a partir de valores e crenças, de códigos morais e hábitos que são socialmente erigidos, transmitidos, aprendidos por meio de signos e símbolos. Ela contribui para regular e padronizar atitudes e emoções, contribui, historicamente, para a elaboração de identidades.

Este e-book é sem dúvida, um convite a reconhecer no “outro”, naquele que a princípio enxergamos através de pré-conceitos e pré-julgamentos, alguém com quem podemos potencialmente aprender, com quem podemos nos modificar e que também podemos transformar.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.


Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CIDADES SITIADAS: REPRESENTAÇÕES DO MEDO DA MORTE E DAS ENFERMIDADES NA PANDEMIA DO COVID-19 E NAS CHARGES DO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL


Élcia de Torres Bandeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114121>

CAPÍTULO 2..... 15

CURIMBA ONLINE: ESTRATÉGIAS MUDIÁTICAS DURANTE A PANDEMIA E ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO, 2020


Camilla Fogaça Aguiar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114122>

CAPÍTULO 3..... 28

PENSANDO A HISTÓRIA E O TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DAS REVENDEDORAS DE COSMÉTICOS E A SUA NARRATIVA NO MUNDO DO DIREITO

Bárbara Galli de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114123>


CAPÍTULO 4..... 37

HISTÓRIA E MEMÓRIA: DIÁLOGOS PELA AUTONOMIA TERRITORIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DE MELQUÍADES E AMÂNCIO

Jonatan Dos Santos Silva

Viviane Sales Oliveira


Felipe Eduardo Ferreira Marta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114124>

CAPÍTULO 5..... 49

POLÍTICAS INDÍGENAS E O SER INDÍGENA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE


Ivan Pereira Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114125>

CAPÍTULO 6..... 62

O “HOMEM PLURAL” E O PLURALISMO RELIGIOSO


Maylle Alves Benício









 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114126>

CAPÍTULO 7..... 74

JOSEPH RATZINGER E LEONARDO BOFF: ALGUNS PONTOS DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO


Danillo Rangell Pinheiro Pereira.

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114127>

CAPÍTULO 8	89
“ESPÍRITO BRANCO EM BUSCA DE ALMAS NEGRAS” COLONIALISMO E MISSÕES CATÓLICAS: CONHECER PARA CATEQUIRAR E DOMINAR. SUL DE MOÇAMBIQUE (FINAL DO SÉCULO XIX)	
Denilson Lessa Dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114128	
CAPÍTULO 9	104
O TESTAMENTO DE DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA, UMA ANÁLISE HISTÓRICA	
Maximiliano Gonçalves da Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114129	
CAPÍTULO 10	116
HISTORIOGRAFIA E CATOLICISMO: DONOSO CORTÉS E OS RUMOS DA MODERNIDADE HISTÓRICA	
Roney Marcos Pavani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141210	
CAPÍTULO 11	128
DOM AUGUSTO ÁLVARO DA SILVA: FÉ E POLÍTICA	
Solange Dias de Santana Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141211	
CAPÍTULO 12	143
SCIENTIFIC DISCOURSE MODELING: A SEMIOTIC VIEW	
Marcus Vinicius Dos Santos Claro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141212	
CAPÍTULO 13	152
ARQUEOASTRONOMIA: A CONSTRUÇÃO DE URUK E A INFLUÊNCIA DOS CÉUS	
Leonardo Birnfeld Kurtz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141213	
CAPÍTULO 14	166
O GUERRILHEIRO HEROICO: FOTOGRAFIA E GÊNERO	
Andréa Mazurok Schactae	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141214	
CAPÍTULO 15	179
ATHÉNAÏS MICHELET: UMA TRAJETÓRIA APAGADA	
Aline Dal'Maso	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141215	
CAPÍTULO 16	192
AS VISÕES DA DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE SOBRE AS FORÇAS ARMADAS	

BRASILEIRAS NO GOVERNO JK (1956-61): APONTAMENTOS INICIAIS DE PESQUISA

Vinícius Marcondes Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141216>

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....204

ÍNDICE REMISSIVO.....205

CAPÍTULO 11

DOM AUGUSTO ÁLVARO DA SILVA: FÉ E POLÍTICA

Data de aceite: 01/12/2021

Solange Dias de Santana Alves

Instituto Federal da Bahia
Doutoranda PPGH-UFBA
Salvador – Bahia

<http://lattes.cnpq.br/4917375984576803>

RESUMO: O presente trabalho é um excerto do livro “Dom Augusto Álvaro da Silva e a romanização na Bahia”, o qual é fruto da minha dissertação de mestrado e foi apresentado no VI SEPHOLIS – UFBA em 2019. Traz uma pequena síntese biográfica do Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, buscando conhecê-lo através de sua formação e algumas de suas ações enquanto expoente máximo da arquidiocese baiana e membro da hierarquia católica brasileira. Os desdobramentos políticos após a revolução de 1930 e o impacto desta sobre a Igreja Católica – que, entre outras coisas, acelerou o projeto de retomar antigas prerrogativas perdidas após a implantação da República – contribuíram para o estabelecimento de novas relações entre a instituição católica e o novo estado que emergiu nos anos 1930. A mediação de Dom Augusto, visto como hábil articulador desse pacto na Bahia, foi ressaltada no segundo e quarto capítulos do livro. De arquivos eclesiais, usamos fontes impressas e manuscritas: cartas pastorais, termos de visitas pastorais, cartas pessoais e institucionais, sermões de Dom Augusto etc. Fontes não eclesiais: discursos

de deputados, entre outros, além de jornais como Diário de Notícias, Estado da Bahia, A Tarde e O Imparcial, buscando sempre relacioná-los a outras fontes. Coletamos também depoimentos de alguns sacerdotes católicos. A pesquisa foi guiada teoricamente pelos referenciais gramscianos, pelos quais buscamos estudar o viés político da atuação da Igreja Católica, além da contribuição de renomada produção historiográfica sobre a Revolução de 1930, a Igreja Católica e o processo de Restauração Católica no Brasil. Por fim, destacamos algumas ações para levar adiante o projeto da Igreja Católica em reaver as antigas posições perdidas com a instauração da República no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica na Bahia, Restauração Católica, Revolução de 1930, Dom Augusto Álvaro da Silva.

DOM AUGUSTO ÁLVARO DA SILVA: FAITH AND POLITICS

ABSTRACT: This work is an excerpt from the book “Dom Augusto Álvaro da Silva and the romanization in Bahia”, which is the result of my master’s thesis and was presented at VI SEPHOLIS – UFBA in 2019. It brings a short biographical summary of the Archbishop of Bahia and Primate of Brazil, seeking to get to know him through his training and some of his actions as the highest exponent of the Bahia’s archdiocese and a member of the Brazilian Catholic hierarchy. The political developments after the 1930 Revolution and its impact on the Catholic Church – which, among other things, accelerated the project of recovering old prerogatives lost after

the implantation of the Republic – contributed to the establishment of new relations between the Catholic institution and the new state that emerged in the 1930s. The mediation of Dom Augusto, seen as a skillful articulator of this pact in Bahia, was highlighted in the second and fourth chapters of the book. From ecclesiastical archives, we used printed and handwritten sources: pastoral letters, terms of pastoral visits, personal and institutional letters, sermons by Dom Augusto, etc. Non-ecclesiastical sources: speeches by deputies, among others, as well as newspapers such as *Diário de Notícias*, *Estado da Bahia*, *A Tarde* and *O Imparcial*, always seeking to relate them to other sources. We also collected testimonies from some Catholic priests. The research was theoretically guided by Gramscian references, through which we sought to study the political bias of the Catholic Church's performance, in addition to the contribution of renowned historiographic production on the 1930 Revolution, the Catholic Church and the process of Catholic Restoration in Brazil. Finally, we highlighted some actions to carry out the project of the Catholic Church to recover the old positions lost with the establishment of the Republic in Brazil.

KEYWORDS: Catholic Church in Bahia; Catholic Restoration; 1930 Revolution; Dom Augusto Álvaro da Silva.

1 | INTRODUÇÃO

Desde a separação oficial em 1890 entre a Igreja Católica e o Estado republicano brasileiro, a instituição católica sonhou e preparou-se para retomar as prerrogativas perdidas com o fim do Padroado. Contudo, essa separação trouxe-lhe diversos problemas, inclusive de ordem financeira. Mas foi o novo caráter ideológico da república - liberal e laico - que feriu a tradição católica. A mobilização que se seguiu a esse período, conhecido historiograficamente como Restauração Católica (1920-1930) conduziu a hierarquia eclesiástica para um movimento de renovação e revitalização da instituição. Esse movimento contou com uma reaproximação do Estado, ao qual a hierarquia mostrava as benesses do apoio que a Igreja podia conferir ao regime. A nova ordem política e social deveria também, ser fundamentada nos princípios cristãos. Alguns governantes, por outro lado, viram na Igreja um forte aliado para a manutenção da ordem.

O principal objetivo do livro foi analisar o movimento de Restauração Católica, na Bahia, efetivado nos anos trinta do século passado. Para tanto, analisamos algumas ações de apoio da Igreja Católica baiana ao novo governo, bem como a reação sofrida pela instituição por causa dessas estreitas relações políticas com o novo Estado.

A escolha dos capítulos 2 (“DEPOSITANDO NOSSA FÉ EM DEUS”) e 4 (PER CRUCEN AD LUCEM) deu-se principalmente porque estes conseguem retratar melhor as intenções da Igreja em retornar ao seio do poder. No capítulo dois discorreremos sobre as relações entre a Igreja Católica e o Estado republicano; discutimos o significado da Revolução de 1930, o apoio de dom Augusto Álvaro da Silva ao Tenente Juracy Magalhães e as articulações do Arcebispo Primaz para estreitar relações com o governo baiano. E no quarto, traçamos uma breve síntese biográfica desse prelado com alguns excertos de sua

trajetória.

No âmbito nacional, tivemos Dom Sebastião Leme como o líder do movimento restaurador. Na Bahia, Dom Augusto Álvaro da Silva que assumiu a Arquidiocese baiana em maio de 1925. Dom Leme buscou inicialmente, mobilizar o próprio clero, que deveria sair dos púlpitos para orientar a sociedade civil, juntamente com a formação de um laicato católico, estimulados e dispostos a difundir o catolicismo por todo o país. Todas essas ações exprimiam as orientações da Cúria Romana: recuperar a influência católica nas instâncias do poder político no Brasil através do ensino religioso obrigatório e a criação e desenvolvimento da Ação Católica. Através do laicato católico, influenciar o poder político, uma vez que objetivavam ascender a cargos políticos importantes e estratégicos, para poderem fazer oposição às ideias liberais e anticlericais.

Aliás quanto ao ensino religioso, a Igreja obteve uma vitória parcial logo no início do Governo Provisório: o Pe. Leonel Franca, grande interlocutor da Instituição, argumentou muitíssimo bem com o então ministro da educação, Sr. Francisco Campos. Este por sua vez, convenceu Vargas do excelente retorno político que traria o decreto (19.941 de 30/04/1931) em permitir o ensino facultativo de religião nas escolas oficiais. Segundo Campos, talvez fosse o ato de maior alcance político do novo governo, uma vez que implicaria numa total mobilização da Igreja Católica favorável ao Estado, que vivia um período de instabilidade nesses primeiros meses. E o Catolicismo apesar de ter perdido a hegemonia, era ainda a maior expressão religiosa do país. (AZZI, 2001).

Segundo Maria das Graças Andrade de Almeida, formou-se um ideário cruzadista que se propagou nos anos 30 através da Cruzada de Educadoras Católicas, a Ação Católica e a Liga Eleitoral Católica (ALMEIDA, 2001). Essa ‘cruzada santa contra o laicismo’ teve como base o *Centro Dom Vital* (o nome lembra o caráter combativo do Bispo pernambucano na defesa dos direitos da Igreja), criado em 1922 e difundiu-se através da revista *‘A Ordem’*, são eles dois marcos nesse processo inicial de “recatolização” da sociedade brasileira. Em Salvador, temos o periódico *‘Era Nova’* fundado por D. Augusto em junho de 1928.

E A FÉ VENCEU

Após a Revolução de 1930 outros atores se destacaram, entre eles: Dom Augusto Álvaro da Silva, João Becker e D. Antonio Cabral, Arcebispos Metropolitanos da Bahia, Porto Alegre e Belo Horizonte respectivamente e ação da Igreja foi muito mais incisiva. Era o momento adequado para rever pontos importantes para a Igreja Católica e estabelecer uma nova ordem que lhe fosse mais favorável. A crítica que a Igreja fazia à República não dizia respeito à estrutura política e social, “A Igreja Católica não reclamava contra possíveis injustiças de ordem econômica e social, mas simplesmente contra o caráter laicista da primeira constituição republicana”. (AZZI, 1980, p. 76) Com a queda do regime e a supressão da Constituição de 1981 que lhe retirou direitos e privilégios, abria espaço

para negociações.

A hierarquia católica acreditou ser chegada a hora de se estabelecer uma nova ordem jurídica, com base nos princípios cristãos. A pressão se deu por diversas formas: pronunciamentos em festas comemorativas religiosas; jornais; círculos; a Ação Católica Brasileira que foi oficializada em 1935, sob os moldes da AC Italiana, com a participação efetiva dos leigos etc. A exemplo dos Congressos Internacionais utilizados pela Santa Sé como forma de demonstrar a importância católica no mundo, nos anos 30 se iniciou a série de Congressos Eucarísticos Nacionais e Estaduais como forma de mostrar ao governo brasileiro a força e a importância do catolicismo para a sociedade brasileira. O primeiro deles aconteceu em Salvador sob a liderança de D. Augusto Álvaro da Silva em 1933.¹

A ideia principal dos pronunciamentos feitos pela hierarquia eclesiástica foi de colocar a salvação da pátria na religião.

“A insistência do episcopado é numa linha tipicamente espiritualista: Cristo é o rei e o salvador do Brasil; a salvação da pátria está na religião católica (...) é necessário que os governantes do país tenham fé e acatem a religião; é necessário que a legislação brasileira expresse a fé católica do povo”. (AZZI, 1980, p.77)

O que confirmamos nas palavras de D. Augusto em semana comemorativa à celebração do Cristo Rei em 1931

“Cristo Redentor é nosso rei (...) Possa ele encontrar sempre a espada de Deus sobrepujando o gládio de César. A nacionalidade aliada à fé, o patriotismo orientado pelos ditames da verdade sagrada (...) Os dois poderes que dirigem o homem não podem ser antagônicos. Somos independentes, mas sejamos unidos (...) O bronze dos canhões facilmente se derrete. A fé do povo, a vontade do povo, a crença são, ao contrário, garantia que perdura com a própria eternidade de Cristo”. (AZZI, 1980, p.63-64)

No mesmo episódio, o Cardeal Leme também se pronunciou, porém, mais incisivamente. “Ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado”. (AZZI, 1979, p. 64)

Thales de Azevedo afirma que a Igreja Católica preparou-se para retornar ao poder e recolocar a instituição na antiga posição, “recatolizar o regime político” sendo sua estratégia principal mobilizar o clero e investir na “intelligentzia católica para fazer frente ao anticlericalismo, ao ateísmo militante emergente e à indiferença religiosa das elites republicanas.” (AZEVEDO, 1981, p. 80). O mesmo autor aponta duas fases nessa ação estratégica da Igreja. A primeira, através da Liga Eleitoral Católica (LEC) e sua influência nas assembleias constituintes (federal e estaduais) em 1934-1935.

¹ Planejado inicialmente para ocorrer em setembro de 1931, conseguiu se realizar. Contudo, nesse ano a Igreja Católica mostraria grandes manifestações religiosas como a Semana de Nossa Senhora Aparecida no Rio de Janeiro com a visita da imagem da Santa para comemorar o decreto papal que lhe tinha alçado à padroeira do Brasil em julho de 1930. Outra grande manifestação foi a inauguração do Cristo Redentor também na capital federal. Em 1932, a Igreja dedicou a cruzadas de orações pela pátria. Aproveitando o ensejo constitucionalizador, a hierarquia católica lançou em março deste ano a cruzada de orações com o lema: “O Brasil precisa de Deus em suas leis e em seus homens”. (AZZI, 1978, p. 67)

A LEC foi uma associação que arregimentou candidatos que defendiam os interesses e objetivos da Igreja Católica agrupados em 10 pontos:

1. Promulgação da Constituição em nome de Deus.
2. Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso.
3. Incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do Estado e dos municípios.
4. Regulamento da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais, etc.
5. Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros.
6. Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis, como equivalente ao serviço militar.
7. Decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã.
8. Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual.
9. Decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis.
10. Combate a toda e qualquer legislação que contrarie expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica.

(MENSAGEIRO DO CORAÇÃO DE JESUS, Abril, 1934, apud AZZI, 1978, p.75).

E a segunda, durante o Estado Novo, quando a Igreja em aliança implícita com o Estado, volta a ser utilizada como instrumento político.

DOM AUGUSTO ÁLVARO DA SILVA E SUAS RELAÇÕES COM A POLÍTICA BAIANA

Nasceu em 8 de abril de 1876, natural de Recife – PE, tornou-se o segundo prelado na hierarquia eclesiástica quando assumiu o Arcebispado da Bahia em 1925. Sua formação iniciou-se no Rio de Janeiro, cidade em que passou a infância. Lá estudou no Colégio Pestalozzi, fundado e dirigido por seu pai, Raimundo Honório da Silva. Na adolescência já em Recife, cursou o secundário no Colégio Estadual de Pernambuco. Em 1892 ingressou no Seminário de Olinda, tornando-se padre em 1899. Assumiu a Paróquia de São José em Olinda em 1900. Tornou-se Bispo em 1911 quando assumiu a Diocese de Floresta – PE, sendo transferido em 1915 para a Diocese de Barra, na Bahia. Quando Dom Jeronimo Thomé da Silva faleceu em 1924 foi nomeado seu sucessor para a Arquidiocese Primacial

da Bahia.

A ele são atribuídas diversas querelas políticas e jurídicas durante as quatro décadas em que esteve à frente do Arcebispado, presentes sobretudo no terceiro capítulo. Não sendo, portanto, possível nos estender sobre elas.

No capítulo dois do livro, entre as principais interpretações sobre a Revolução de 1930 (Burguesa, Revolução pelo Alto e Estado - compromisso) buscamos demonstrar e justificar a escolha pela de Bóris Fausto e Francisco Weffort: Estado - Compromisso. Para eles, a Revolução de 1930 resultou da crise de hegemonia das oligarquias agrárias, tendo como componentes dinamizadores as classes médias e setores da burguesia urbana. O fim da Primeira República representou a quebra da hegemonia dos grupos dominantes ligados a agro exportação, seguindo-se um período de “vazio de poder”.

Tal interpretação insiste que nenhum dos grupos que constituíram a frente revolucionária pôde substituir a oligarquia cafeeira – classe hegemônica do antigo estado brasileiro, que não pôde preservar as antigas regras do jogo político. As categorias médias, ainda impotentes frente às classes dominantes tradicionais; a classe trabalhadora também teria ficado fora do novo projeto. Assim, o novo estado que emergiu da Revolução de 1930, apesar de não acabar com as oligarquias, interrompeu seu antigo sistema. Por causa das Interventorias Federais, os oligarcas não mais controlaram, diretamente, os governos estaduais e, habilmente, foram absorvidos e subordinados ao poder central. Um Estado forte, intervencionista, centralizador e autoritário.

Esse Estado de compromisso foi sustentado pelas Forças Armadas, mais especificamente, pelo Exército. Elas foram a força mantenedora do pacto entre os diversos grupos e a instituição que mais contribuiu para legitimar o novo regime foi a Igreja Católica, que a nosso ver, percebendo o espaço no novo bloco de poder aproveitou para reivindicar seus objetivos, antigas propostas, que durante a Primeira República não conseguiram ser contempladas.

Nesse contexto estabelece-se um pacto de compromisso, através do qual os velhos e novos interesses precisam ser contemplados, e novos sujeitos sociais são requeridos para ampliar as bases sociais e a legitimação do regime recém instaurado. A fórmula encontrada consistirá na autonomização do estado, o que lhe confere a função de mediador das demandas plurais advindas da sociedade, mas levadas a cabo por ele através de suas instâncias. (FONTES, 1997, p.69).

Essa interpretação suscita algumas questões: D. Augusto Álvaro da Silva soube perceber esse ‘vazio de poder’? Viu ele a fresta política, o espaço necessário para atuar na reconstituição do poder político que a Igreja havia perdido? Teria ele se transformado, de fato, em um dos maiores colaboradores do regime?

Quanto às ações empreendidas pelo Estado, na Bahia, para satisfazer as demandas de setores diversos da sociedade, podemos exemplificar com o seguimento da reforma urbana; a modernização da máquina administrativa, com a criação de secretarias e

incrementos a outras; intermediação direta em negociações que envolviam empresas estrangeiras etc. O Estado encaminhado pela Revolução pôde, dessa forma, unificar o mercado nacional, despertar o interesse de vários grupos sociais solidários à máquina pública e prover elementos imprescindíveis à indústria de bens de capital. O processo, porém, não foi apenas travado em nível econômico, político e diplomático, como também ideológico, nos terrenos cultural e confessional. Foi preciso responder à integração de milhões no mercado de trabalho e de consumo de forma disciplinada e ‘pacífica’. Aqui tiveram um papel significativo a disciplina da instituição militar, as tradições e a fé religiosa, os novos padrões comportamentais da mídia radiofônica e jornalística e da nascente indústria cultural.

A Bahia demorou a sintonizar com as novas estratégias políticas, assim como em 1889, as elites solidarizaram-se com o lado que saíra derrotado (mesmo que por pouco tempo), desta vez, porém, fazendo oposição durante vários anos ao ungido pela Revolução, negando-se a colaborar com os novos ditames do governo. A Igreja Católica, no entanto, não pecou pela falta de realismo, ocupou o espaço político deixado por aqueles e traduziu em parcerias políticas e sociais com o governo suas intenções. Dom Augusto Álvaro da Silva foi o avalista desse pacto na Bahia.

A Revolução de 1930 não foi assimilada pelos políticos baianos, porque, depois de muito tempo, a Bahia voltaria a ter papel destacado no cenário nacional, afinal, Vital Soares, o vice-presidente eleito juntamente com Júlio Prestes, era baiano. A Revolução abortou a reascensão do estado na esfera federal. Conforme Consuelo Sampaio (1992), poucos políticos e jovens baianos aderiram aos ideais revolucionários. O político de maior destaque foi José Joaquim Seabra, que, do Rio de Janeiro, liderou os representantes aliancistas da Bahia.

Depois da deposição de Washington Luís, o Governador em exercício na Bahia, Frederico Costa – Presidente do Senado Estadual –, renunciou ao cargo. Do Rio de Janeiro, cidade na qual se encontrava, tentou passar o governo para o Presidente da Câmara Estadual, Alfredo Mascarenhas, que se recusou a recebê-lo. Fracassada a primeira tentativa, Frederico Costa tentou por ofício empossar o então Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o desembargador Pedro Ribeiro, que também não aceitou, alegando que assim procedia porque o Governo não mais existia. Diante de tal confusão, que incluiu ainda a assunção ao governo pelo Senador estadual, Wenceslau Guimarães, que se dizendo opositor ao novo regime, resolveu por si só assumir o cargo. Foi deposto pelo Major Custódio Reis Príncipe Júnior, que juntamente com outros oficiais, declarou a formação de um Governo Militar que seria liderado pelo Comandante da 6ª Região, o Coronel Ataliba Jacinto Osório, assim que este regressasse de Alagoinhas, onde aguardava as tropas que vinham do Norte. O que de fato ocorreu, permanecendo o Coronel no cargo por apenas seis dias.

Com a chegada de Juarez Távora – Comandante das tropas do Norte – a Salvador,

em 26 de outubro, convocou-se uma reunião com os líderes dos partidos e de Associações de classe, para em comum acordo nomearem os dirigentes da capital e do estado. Nessa reunião, José Joaquim Seabra e Leopoldo Amaral foram os mais votados para o Governo e Prefeitura respectivamente, sendo que esse desfecho não foi aceito pelo Capitão Juarez Távora.

O Capitão Juarez Távora não aceitou o resultado da votação, alegando que o Partido Democrata (seabrista) havia comparecido com o maior número de associações de classe, enquanto os outros não haviam sido sequer representados. Evidentemente, o que se questionava não era a questão da representatividade. A própria convocação de um corpo eleitoral ao toque de reunir de um capitão era insubsistente. Havia um vácuo de poder e não se sabia como preenchê-lo. Juarez Távora não confiava em Seabra, apesar de ter sido este o porta-voz oficial da Aliança Liberal da Bahia. Tampouco confiava na Junta Militar instalada no Rio de Janeiro. Sem ter resolvido a questão da composição do poder na Bahia, o “vice-rei do Norte” partiu para o Rio, no dia seguinte à votação, a fim de conferenciar com outros chefes revolucionários. (SAMPAIO, 1992, p.61).

Para resolver a questão, decidiu-se por dar a interventoria do estado a Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral que ficou no cargo de 1 de novembro de 1930 até 18 de fevereiro de 1931, quando foi substituído pelo renomado cientista baiano Artur Neiva.

Se a Revolução não foi aceita pelos políticos do primeiro escalão da Bahia, não se pode afirmar o mesmo dos que se viam em escala inferior a estes, para os quais poderia ser o momento de ascender ao poder, e por isso, os adeptos de última hora. Já as camadas populares regozijaram-se com a deposição dos ‘carcomidos’. Aproveitaram o momento de turbulência para fazerem manifestações demonstrando descontentamento com a situação social, algumas delas violentas, como o ataque ao prédio do jornal A Tarde; o quebra-bondes de 4 de outubro e a tentativa de invasão ao prédio da Secretaria de Segurança Pública, quando os manifestantes foram recebidos à bala, culminando em mortos e feridos. (SAMPAIO, 1992).

Nesse período, ocorreu a primeira articulação de Dom Augusto com os Revolucionários de 1930, logo após a vitória destes. Trata-se do encontro de Juarez Távora e outros revolucionários como: Agildo Barata, Cipriano Galvão, Paulo Cordeiro de Melo, Juracy Magalhães, entre outros, que assim que chegaram a Salvador, foram imediatamente encontrar-se com o arcebispo. E este, ofereceu-lhes um almoço no Palácio Arquiepiscopal. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26/10/1930).

Outra ação política do Arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva ocorreu durante o governo de Artur Neiva, quando o Primaz contribuiu para o fim de seu mandato. Dom Augusto, teria exigido a demissão de Bernardino de Souza em troca do seu apoio ao governo. Percebemos nesse ato, as estreitas ligações entre o poder religioso e o político e, ainda, seus fortes laços com as elites baianas. O curto mandato de Artur Neiva (cinco meses) deveu-se, basicamente, à Reforma Municipal por ele encaminhada, a qual “alterou profundamente

a divisão administrativa do estado. Por meio de um simples decreto, municípios foram divididos e/ou incorporados a outros, sedes de governos locais transferidas; municípios, com séculos de existência, abruptamente apagados do mapa”. (SAMPAIO,1992, p.70). Os protestos partiram de todo o estado, de todas as classes, principalmente dos grandes proprietários e líderes políticos. O verdadeiro arquiteto da reforma foi seu Secretário do Interior e braço direito, Bernardino de Souza, conhecido professor e diretor da Faculdade de Direito da Bahia e, declaradamente, agnóstico. Como o próprio Neiva era suspeito de também o ser, Dom Augusto não perdeu a oportunidade de pressioná-lo para alinhá-lo aos desejos das elites e da Igreja ou, como aconteceu, apressar sua saída.

Já com o Interventor Juracy Magalhães, o Arcebispo deu todo o seu apoio. Pois desde a sua chegada, sofreu uma intensa rejeição por grande parte da elite política baiana. Em sua primeira biografia ele afirma:

Havia resistências de algumas autoridades locais, mas elas foram sendo vencidas, às vezes até com argumentos pitorescos, como este, que D. Augusto me descreveu em certa ocasião: “Olhe, tenente Juracy, nos diálogos que mantenho com seus adversários, pergunto sempre por que, na opinião deles, o senhor não pode ser o interventor. Normalmente alegam que o senhor é militar, e eu respondo que ser militar não é um defeito, é uma profissão. Então, eles argumentam que o senhor não nasceu na Bahia, mas eu lembro que eu próprio sou pernambucano de nascimento e baiano de coração. Finalmente, quando dizem que o senhor é muito moço, eu replico contando uma história que aprendi no Vaticano. Certa vez, um papa nomeou um cardeal muito jovem e recebeu críticas por sua atitude. Quando o nomeado foi agradecer sua elevação cardinalícia, o Sumo Pontífice lhe perguntou se estava a par das restrições feitas à sua pouca idade, ao que o jovem purpurado respondeu: “Santidade, este é um pecado que cada dia me redimo um pouco” (MAGALHÃES, 1982, pág. 74).

Outro exemplo foi a demolição da Sé da Bahia. As negociações mostram as relações do novo tipo de Estado implantado sob o regime Varguista. Seguindo a linha interpretativa do “Estado-compromisso”, acreditamos que Dom Augusto tenha percebido esse ‘vazio de poder’ e, nessa fresta política, o espaço necessário para atuar na reconstituição do poder político que a Igreja havia perdido, transformando-se assim em um grande colaborador do novo regime.

Os ideais modernizadores eram uma aspiração nacional que visavam, além das intervenções estruturais físicas nas cidades, implementar campanhas que buscassem modificar os hábitos e comportamentos das camadas subalternas e criar políticas de saúde para barrar epidemias que, vez por outra, grassavam nos grandes centros urbanos. Modernizar, portanto, expressava anseios que englobavam urbanismo, higienização, controle e moralização dos costumes que podem ser sintetizados no conceito: civilização.² (LEITE, 1996).

² A modernização brasileira inspirou-se na reforma parisiense realizada na Segunda metade do século XIX, sendo a capital federal – Rio de Janeiro – a primeira cidade a sofrer com as picaretas do progresso.

José Joaquim Seabra, uma década após as reformas no Rio de Janeiro, foi o precursor em tentar modernizar a cidade do Salvador estruturalmente e a rede de relações que nela interagiam. Esse processo que perdurou além de seus governos (1912-1916 e 1920-1924), estendeu-se por toda a Primeira República com maior ou menor intensidade.

O projeto de modernização da cidade foi elaborado pelas e para as classes dominantes. A reestruturação estendia-se não só a condição física da urbe, como também às velhas práticas e costumes da maioria da população que a compunha. A dinâmica que engendrava a cidade foi combatida pelos que lutavam para inserir a Cidade da Bahia no contexto burguês, a exemplo do Rio de Janeiro. Assim é que diversas ações foram tomadas para transformar a cidade insalubre, antiga, colonial e ultrapassada em uma nova cidade de ruas e avenidas largas, seguras e modernas. Para tal, foi preciso, além de derrubar casarões e templos, tentar modificar os costumes e usos da sociedade. Exemplificando, podemos citar as perseguições e proibições das festas de santo, candomblé (mesmo constando na Constituição republicana a liberdade de culto); à prostituição (tentando empurrar o meretrício para áreas da cidade mais afastadas); leis que coíbiam e regulamentavam a venda de certos produtos pelas classes populares (fateiras, vendedeiras), feiras livres. É o que Alberto Heráclito Ferreira Filho (1994) chama de “desafricanizar as ruas”.

Foi nessa conjuntura que ocorreu o maior número de demolições do período, incluindo além dos casarios, inúmeros templos católicos. Todas essas demolições tiveram o aval da Arquidiocese da Bahia. José Joaquim Seabra sempre teve um aliado na Cúria baiana, representado por D. Jerônimo Thomé da Silva, Arcebispo até 1924, quando veio a falecer. Seu substituto e futuro primeiro cardeal da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, também foi um inestimável colaborador do Estado no que concerne aos projetos urbanísticos como veremos a seguir no caso da demolição da Sé.³

Em 1912, durante o primeiro mandato de Seabra cogitou-se sua derrubada. Contudo, a primeira proposta só se concretizou em 1916, partindo da Companhia Linha Circular de Carris da Bahia, empresa norte-americana que monopolizava os serviços de iluminação, telefonia, elevadores e planos inclinados, e transportes urbanos da Cidade Alta ao então Arcebispo Dom Jerônimo Tomé da Silva. Este, imediatamente reuniu-se com o Cabido para discutir a proposta, que visava derrubar parte ou totalmente a igreja para dar passagem aos trilhos necessários ao tráfego dos bondes. O Cabido com Dom Jerônimo estabeleceu a quantia de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis) o metro quadrado; a Arquidiocese lucraria 600:000\$000 (seiscentos contos de réis) caso se derrubasse todo o templo.

Por inúmeros motivos as negociações se arrastaram e não se concluíram. Com a morte de Dom Jerônimo, Dom Augusto entrou em cena e demonstrou toda a sua sagacidade para os negócios e para a política. Como não havia nenhum acordo legal até então,

3 A construção da primeira catedral brasileira foi iniciada em 1552, no governo de Tomé de Souza e estendeu-se a outras administrações tendo sido finalizada no século XVIII. A primeira proposta de demolição consta ter sido no governo de Gaspar de Souza no século XVII. (PERES, 1973).

registrado pela Circular e pela Cúria, o impasse se impôs quanto ao valor estabelecido pela demolição. A empresa se propunha a pagar 300:000\$000 (trezentos contos de réis), a metade do valor desejado pela Arquidiocese. Sendo assim, Dom Augusto postergou as negociações até conseguir todas as vantagens que ressarcissem os outros 300 contos de réis. Nesse interregno, ele modificou algumas exigências: ora solicitava luz gratuita para o seminário diocesano, ora solicitava o Parque Princesa Isabel que ficava no terreno do átrio da Sé, terreno este, pertencente à prefeitura, que nesse momento não cedeu ao pedido do arcebispo.⁴ E assim, as negociações correram anos. Instalada a crise de 1929, as partes interessadas – Circular e Governo – esmoreceram ainda mais.

Nos anos 30, contudo, apesar de ainda sofrer com a crise estabelecida pós 29, com o novo Estado instituído pela Revolução de 1930, as negociações tomaram novo impulso. O apoio que D. Augusto deu ao Tenente Juracy Magalhães desde a sua chegada, quando este foi hostilizado pela maioria dos políticos da capital, lhe rendeu bons frutos. Pode-se dizer que se estabeleceu um acordo tácito de mútua colaboração, onde as duas partes lucraram imensamente, tanto a Igreja de Dom Augusto, quanto o projeto político de Juracy Montenegro Magalhães.

D. Augusto preferiu satisfazer os desejos da empresa norte-americana, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia, e agradar aos poderes públicos do que seguir o desejo de grande parte da população e seus próprios princípios. É só constatar o seu pensamento através do relato da Visita Pastoral realizada em Jaguaripe em abril de 1927:

Encontramos ambas as igrejas desta cidade em obras; dois magníficos templos que o descaso e a incúria deixaram chegar quase a estado de ruína, apesar da solidez admirável de suas construções. Os mais claros vestígios fazem adivinhar a opulência antiga dessas igrejas: restos de alfaias caríssimas e preciosíssimas, destruições propositais de velhos armários de jacarandá lavrado a capricho, e de retábulo do tecto de grande valor artístico etc. Uma desolação! (TERMOS DE VISITAS PASTORAIS, ACMS, est. 8, cx.9).

Quando, porém, realizou Visita Pastoral ao Curato da Sé na capital, em julho do mesmo ano, o discurso mudou de tom:

Observamos o ritual das visitas: exame da igreja, das alfaias, dos confessionários, púlpitos, baptistério etc. Achamos o templo bastante arruinado pelo justo motivo de se pretender, desde muito tempo, fazer a demolição do mesmo, pois sua posição está actualmente prejudicando o serviço público.

No mais tudo em bôa ordem. (TERMOS DE VISITAS PASTORAIS, ACMS, est.8, cx. 9, grifo nosso).

Ora, dificilmente, os dois templos de Jaguaripe seriam mais opulentos que a Primeira Catedral das Américas (PERES, 1973). Há uma clara intenção do Arcebispo da Bahia em

4 Segundo Fernando da Rocha Peres (1973) entre as solicitações, D. Augusto exigia: remodelação externa do palácio Arqueiepiscopal às custas da Circular; construção de um monumento comemorativo para colocar no local, que veio a ser o busto do primeiro Bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha; transporte gratuito pela Circular do que fosse retirado do templo; dentre outras.

colaborar com o Estado. O próprio Primaz, homem de refinada cultura, não era favorável à destruição de templos católicos, ainda mais quando esses expressavam inestimável valor cultural, porém permitiu a derrubada da Sé da Bahia para agradar ao Estado e assim poder restabelecer, mais proficuamente, as relações com este.

Conforme os depoimentos de Monsenhor Gilberto Piton e Monsenhor Gaspar Sadoc, Dom Augusto não queria que a Sé fosse demolida, mas nada pôde fazer porque, segundo eles, a decisão já havia sido tomada pelo seu antecessor, D. Jerônimo Tomé da Silva. Ora, ficara decidido o valor para a demolição de parte ou a totalidade do templo, mas nenhum contrato fora assinado pelas partes. Tanto que com a retomada das negociações, a Circular, quis pagar apenas 300 contos de réis pelo templo, a metade do que ficara acordado. Dom Augusto Álvaro da Silva podia ter impedido a continuação das negociações, como queria grande parte da população da cidade. Mas o que fez o Arcebispo? Arrastou as negociações até obter vantagens que ressarcissem os outros 300 contos de réis. Acabou por lucrar duas vezes, primeiro, fechando um bom negócio para a Arquidiocese da Bahia, segundo, mostrando-se benevolente com as decisões urbanísticas do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos estudos confirmaram que após séculos de hegemonia a Igreja católica devido a inúmeros fatores (tratados em outros capítulos do livro) viu seu antigo modelo de Igreja – Cristandade – entrar em crise. Impelida a implementar mudanças decorrentes da perda de hegemonia confessional; transformações da sociedade moderna; secularização; embate ideológico com o liberalismo e socialismo fez com que a cúria romana reagisse a essa perda de poder propondo um novo modelo de Igreja conhecido por Neocristandade, no qual o fortalecimento das Igrejas nacionais e a centralização destas em torno da Santa Sé era crucial.

No Brasil, vários fatores confluíram nesse processo. Não ao mesmo tempo que este ocorria na Europa devido a sua condição jurídica de dependência do Império, mas logo após a implantação da república, os anos seguintes de reestruturação interna a adesão ao projeto romano se consolidou. Foram anos de liberdade e formação para a hierarquia eclesiástica. Contudo, a hierarquia buscou recompor a aliança com os poderes políticos, pois a laicização do novo regime e a disputa de correntes ideológicas que buscavam influenciar os poderes republicanos representavam uma forte ameaça à ação da Igreja Católica na sociedade brasileira e baiana. Era preciso recristianizar a sociedade para combater o agnosticismo, o positivismo, o ateísmo, o protestantismo e o espiritismo. Era preciso reativar as relações com o Estado brasileiro para reaver algumas prerrogativas perdidas desde 1890 com o fim do Padroado.

A Restauração Católica no Brasil, iniciada nos anos 20 do século passado teve como líder o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, sendo ele o responsável

pela reativação das relações da Igreja com o Estado. A tímida aproximação, durante a Primeira República, tornou-se promissora depois da Revolução de 1930. Eis o momento para que a instituição católica mostrasse ao novo Estado as vantagens de aliar-se a ela. O Estado por sua vez, diante da instabilidade vivida em seu seio, voltou a ver na Igreja um valioso instrumento de legitimação da ordem. Aliás, ambos compartilhavam os mesmos anseios de ordem e autoridade.

Se, nos períodos colonial e imperial, a hierarquia católica brasileira não tinha uma unidade por conta da opressão que o Estado fazia à instituição, podendo-lhe as ações, durante a Primeira República, com o realinhamento da mesma à Cúria Romana e todos os investimentos que a Santa Sé fez visando fortalecer a Igreja Brasileira e a si própria, modificou-se inteiramente a postura da instituição. A Restauração Católica, liderada por Dom Sebastião Leme unificou a mensagem católica. A reestruturação da Igreja refletiu-se na ação episcopal, rendendo ótimos frutos, pois o ministério dos seus integrantes parecemos ter sido similar uns aos outros, resultando numa unidade nacional.

Imbuído do mesmo espírito restaurador do Cardeal Leme, o Arcebispo Primaz foi um hábil articulador político e, desde o início, mostrou-se cordato e benevolente com o Interventor Federal Juracy Magalhães tanto que permitiu que a primeira Catedral do Brasil fosse demolida em 1933. As mudanças implementadas durante seu ministério, sua maneira de ser e conduzir a Arquidiocese da Bahia, bem como as estreitas relações políticas que mantinha, rendeu-lhe desafetos e campanhas contra a sua pessoa.

Buscando compreender as ações de Dom Augusto que incluíram levantar dados sobre sua formação, descobrimos algumas qualidades do prelado: autoritário, severo, eloquente, rigoroso, sensível conforme alguns me disseram. O arcebispo Primaz foi um hábil articulador político, que não mediu esforços para levar adiante o projeto da Igreja em reaver as antigas posições perdidas com a instauração da República. Agiu com o intuito de fortalecer a instituição que dirigia com mãos de ferro – a Igreja Católica Baiana e, assim, fortalecer a própria Igreja Católica como um todo. Podemos considerá-lo como um bispo tridentino. A reforma tridentina que fundou uma prática da Restauração, auxilia-nos a compreender melhor a formação eclesial de Dom Augusto Álvaro da Silva, moldado para ser um pastor exemplar, ele buscou pôr em prática as atribuições que perfilhavam a personalidade de um bispo.

Eis o breve perfil do Arcebispo Dom Augusto Álvaro da Silva: sua formação, a sua verve intelectual, a eloquente oratória e sua singular ação episcopal estiveram a serviço da Igreja Católica. Essa figura da hierarquia eclesial, que suscita até hoje controvérsias e curiosidade. Como nos disse Monsenhor Gaspar Sadoc: “Se naquele tempo ele não era compreendido, era porque ninguém é compreendido no seu tempo”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Solange Dias de Santana. **Dom Augusto Álvaro da Silva e a romanização na Bahia**. Salvador: Saggá, 2018.

AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador: A Igreja Católica na Bahia (1551-2001)**, v. II – Período Imperial e Republicano. Petrópolis: Vozes, 2001.

AZZI, Riolando. **A Neocristandade: um projeto restaurador**. História do pensamento católico no Brasil – v. 5, São Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. In: **Revista Síntese**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 61-89, mai-ago, 1977.

AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930 (II) In: **Revista Síntese**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 73-101, set-dez, 1977.

AZZI, Riolando. O Episcopado Brasileiro frente à Revolução de 1930. In: **Revista Síntese**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 47-78, jan-mar, 1978.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Movimentos Sociais na Bahia de 1930: condições de vida do operariado. Salvador, **Universitas**, n. 29, 1982, p. 95-108.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

AZEVEDO, Thales. **A religião Civil Brasileira: Um Instrumento Político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FILHO, A. H. F. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890- 1937. **Afro-Ásia**, [S. l.], n. 21-22, 1998. DOI: 10.9771/aa.v0i21-22.20968.

FONTES, José Raimundo. A Revolução de 1930 e os Trabalhadores. **O Olho da História**. Revista de História Contemporânea, v. 1, n.º 4. Salvador: 1997, p. 67-74.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se: ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador (1912-1916)**. Salvador, Dissertação de Mestrado em História, UFBA, 1996.

MAGALHÃES, Juracy. **Minhas memórias provisórias**. ABREU, Alzira Alves de (Coord.). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

PERES, Fernando da Rocha. **Memórias da Sé**. Tese de concurso para professor assistente do Departamento de História da FFCH-UFBA. Salvador, 1973.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Movimentos Sociais na Bahia de 1930: condições de vida do operariado. Salvador, **Universitas**, n. 29, 1982, p. 95-108.

SANTANA, Solange Dias de. Demolição da Igreja da Sé: ecos na imprensa In **Anais do 5º Congresso de História da Bahia**. Salvador: IGHB e Bahiatursa: Fundação Gregório de Mattos, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueoastronomia 4, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 162

B

Bernard Lahire 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71

C

Catolicismo 4, 17, 116, 124, 125, 130, 131

Charges 3, 1, 9, 13

Conflitos 27, 37, 38, 39, 41, 43, 45, 52, 76, 87, 97

Conservadorismo 116, 120, 126, 127

Covid-19 3, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 12, 13, 20

D

Dom Augusto Álvaro da Silva 4, 128, 129, 130, 132, 134, 139, 140, 141

Dom Emanuel Gomes de Oliveira 4, 104, 105, 106, 111, 112, 114, 115

E

Espanha 116, 118, 123, 124, 157, 158

Eucalipto 37, 43, 44

F

Fenômeno Religioso 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71

G

Goiás 16, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 115

H

História Antiga 152

História oral 37, 39, 47

Historiografia 4, 50, 51, 116, 162, 166, 167, 179, 180, 184, 196, 197, 198, 200

I

Igreja Católica na Bahia 128, 141

interseccionalidade 28

Interseccionalidade 28

J

Jurisprudência trabalhista 28

M

Memória 3, 5, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 110, 112, 113, 167, 168, 190

Mesopotâmia 152, 159

Mídia 15, 20, 25, 26, 134, 177

Modernidade 4, 26, 65, 66, 80, 116, 117, 119, 121, 123, 125, 127

P

Pandemia 3, 1, 3, 4, 5, 7, 11, 13, 14, 15, 19, 21, 23, 43, 47

Pluralismo 3, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 74, 75

Política 4, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 52, 56, 57, 61, 83, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 109, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 168, 177, 178, 183, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Q

Quilombo 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 46

R

Religião 15, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 85, 86, 93, 120, 121, 122, 130, 131, 141, 152, 159, 177

Representações 3, 1, 2, 6, 7, 13, 14, 38, 87, 89, 114, 167, 172, 175, 184, 200, 201

Restauração Católica 105, 128, 129, 139, 140, 141

Revendedoras de cosméticos 3, 28, 29, 30, 32, 34, 36

Revolução de 1930 128, 129, 130, 133, 134, 138, 140, 141

S

Scientific Discourse 4, 143, 144, 145, 146, 149, 150

Scientific law 143, 144, 145, 146, 147, 149

Semiotics 143, 144

T

Testamento 4, 42, 43, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 114





CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:


Cultura &
identidades

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021





CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:


Cultura &
identidades

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021